



Relatório e Contas 2022



ÍNDICE

Análise económica financeira e orçamental	3
Demonstrações financeiras	9
Balanço	10
Demonstração dos resultados por naturezas	11
Demonstração das alterações no fundo patrimonial	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Anexo	14

SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos da Ordem dos Médicos (EOM), Lei nº 117/2015 de 31 de agosto, que determina que anualmente seja apresentado o Relatório e Contas e que a OM elabora anualmente um relatório sobre a prossecução das suas atribuições (artigo 160º dos EOM), apresentam-se mapas de pormenor com a informação considerada mais relevante, com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e análise da situação económica e financeira da OM e da execução orçamental do ano de 2022.

A OM é constituída por cinco unidades orgânicas – Região do Sul, Região do Centro, Região do Norte, Fundo de Solidariedade e Conselho Nacional, todas elas dotadas de orçamentos e contas autónomas. As três primeiras têm inclusivamente as contas aprovadas por órgãos estatutários próprios, pelo que as contas da OM resultam da “consolidação” das contas destas unidades.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. O ano 2021 ainda se manteve alguns meses em estado de emergência, e foram decretadas diversas políticas de contenção e de circulação bastante restritivas para controlo da epidemia. O ano 2022 iniciou com a guerra na Ucrânia cujos impactos ainda são difíceis de prever, no entanto, dada especificidade da atividade da Ordem, não se perspetivarem impactos que comprometam o normal funcionamento.

O impacto do surto covid-19 fez-se notar ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a um resultado líquido muito superior ao previsto por via da contração de gastos, nos anos de 2020 e 2021.

Na análise da execução de 2022 o aumento significativo dos gastos deve-se ao retomar das atividades.

Balanço

O ano de 2022 contribuiu para o reforço dos fundos patrimoniais em 1.582.714 euros. O ativo total cresceu 3,5%, tendo passado de 58.851.158 euros para 60.911.548 euros. O passivo total cresceu (20%), tendo passado de 2.968.419 euros para 2.490.742 euros, o que indicia também como já mencionado, um retomar da atividade.

	2022	variação 2022/2021	2021
Total do ativo	60.911.548	2.060.390	58.851.158
Total do passivo	2.968.419	477.676	2.490.742
Total dos fundos patrimoniais	57.943.129	1.582.714	56.360.415

Rendimentos

Os rendimentos da OM, em 2022, ascenderam a 12.724.823 euros, conforme mapa abaixo:

Rubricas	Executado 2022	Varição 2022/2021	Executado 2021	Orçamento 2022	Desvio face ao orçamento	Varição % 2022/2021
Vendas	690	-1.088	1.778	6.347	-5.657	-89,1%
Prestações de serviços	11.479.398	322.559	11.156.839	11.532.514	-53.116	-0,5%
Subsídios	1.828	1.828			1.828	100,0%
Reversões	401.941	194.055	207.886	316.000	85.941	27,2%
Outros rendimentos	831.831	-572	832.403	539.869	291.962	54,1%
Juros	9.134	-402	9.537	7.000	2.134	30,5%
Total de Rendimentos	12.724.823	516.380	12.208.442	12.401.730	323.093	2,6%

Constata-se que a execução orçamental na globalidade não apresentou desvio, tendo sido realizada a totalidade dos rendimentos orçamentados. Comparando com o ano de 2021, registou-se também um acréscimo de 516.380 euros, o que corresponde a 2,6%.

A rubrica “Reversões de perdas por imparidade” bastante acima do orçamentado, o que se traduz por uma maior recuperação de quotizações face ao estimado.

As rubricas “Prestações de serviços” e os “Outros rendimentos”, por serem as mais relevantes para o rendimento da Ordem do Médicos, sendo responsáveis por 90,2% do total, são detalhadas na tabela abaixo.

	2022	2021	Varição 2022/2021	Varição % 2022/2021
Prestação de serviços				
Quotizações	9.734.228	9.568.345	165.883	1,73%
Jóias	513.033	479.879	33.154	6,91%
Inscrições e propinas	496.747	512.524	-16.777	-3,27%
Promoções para captação de recursos	4.427		4.427	100,00%
Patrocínios	638.506	533.183	105.323	19,75%
Serviços secundários	93.457	62.909	30.548	48,56%
Total prestações de serviços	11.479.398	11.156.839	322.559	2,89%
Outros rendimentos				
Alugueres de equipamento	150	38	112	294,74%
Rendas e alugueres	336.573	258.080	77.494	30,03%
Prediais	231.503	214.241	17.262	8,06%
Outros rendimentos	284.605	380.044	-95.439	-28,51%
Total de outros rendimentos	831.831	832.403	-572	-0,07%

O aumento verificado na rubrica “quotizações” fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. A redução verificada na rubrica de inscrições e propinas foi derivada ao decréscimo do número de inscrições relacionadas com os colégios de especialidade.

O montante registado na rubrica “promoções para a captação de recurso” inclui essencialmente os montantes obtidos com a Festa de São João de 2022

O aumento significativo verificado na rubrica “patrocínios” está relacionada com o facto de no ano 2022 terem sido realizados 2 congressos e terem angariado patrocínios para cada um deles.

Em outros rendimentos, está registada a valorização da participação da Sanoseguros no montante de 70.612 euros, a valorização das frações autónomas do Imóvel do CCC da Região Norte em 40.390.12 euros, donativos entre outros.

Gastos

Os gastos da OM, em 2022, ascenderam a 11.122.758 euros, conforme mapa abaixo:

Rubricas	Executado 2022	Variación 2022/2021	Executado 2021	Orçamento 2022	Desvio face ao orçamento	Variación orc.2022
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	1.021	-408	1.429	9.972	-8.951	-90%
Fornecimentos e serviços externos	5.248.369	664.076	4.584.293	5.907.049	-658.680	-11%
Gastos com o pessoal	3.718.299	386.028	3.332.271	3.710.678	7.621	0%
Gastos de depreciação e amortizações	868.689	14.103	854.586	862.173	6.516	1%
Perdas por imparidade	659.023	89.834	569.189	566.000	103.023	18%
Outros gastos	627.356	15.122	612.234	692.919	-65.563	-9%
Total de Gastos	11.122.758	1.168.758	9.954.002	11.738.791	-616.033	-5%

Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de -5,%, ou seja, houve um gasto inferior em 616.33 euros. Comparativamente ao ano de 2021, registou-se um aumento de 1.168.758 euros o que corresponde a 11,7%, representativo da retoma da atividade pós pandemia.

Na principal rubrica de gastos - “Fornecimentos e serviços externos”, verificou-se um decréscimo de 658.680 euros relativamente ao orçamentado, o que corresponde a 11%, em consequência de algumas atividades ainda não terem sido executadas em pleno.

Na rubrica “Outros gastos” também registou um decréscimo relativamente ao orçamentado de 9%.

A rubrica “Perdas por imparidade” ficou bastante acima do orçamentado (19%).Este montante é apurado no final do ano analisando a posição dos devedores, nomeadamente das quotizações em dívida por parte dos associados, que se mantêm com níveis de incumprimento elevado apesar dos esforços de cobrança das Regiões, que se traduziram até de forma bastante positiva na recuperação de créditos antigos (aumento das reversões), infelizmente somaram-se novos incumprimentos.

O peso crescente das quotas pagas pelos associados, como principal fonte de receita da OM e o elevado montante em dívida, têm merecido a atenção e a reflexão dos órgãos de gestão. Para fazer face a este problema estão a ser estudadas outras medidas, como o processo de cobrança tributária.



Carbas Aires

Resultado

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 1602.064,72 euros. O acréscimo de 3% dos rendimentos com o decréscimo de 5% dos gastos face ao orçamentado teve um impacto positivo no resultado de 939.126 euros.

Rubricas	Executado 2022	Variação 2022/2021	executado 2021	Orçamento 2022	Desvio face ao orçamento	Variação orc/2022
Total de Rendimentos	12.724.823	516.380	12.208.442	12.401.730	323.093	3%
Total de Gastos	11.122.758	1.168.756	9.954.002	11.738.791	-616.033	-5%
Resultados antes de impostos	1.602.065	-662.376	2.254.440	662.939	939.126	242%
Resultado líquido	1.602.065	-662.376	2.254.440	662.939	939.126	242%

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 1602.064,72 euros, para o qual se propõe que seja aplicado 481.419,79 euros em Fundos, constituição de uma reserva de 60.420 euros (equivalente ao custo da escultura) e o remanescente para resultados transitados.

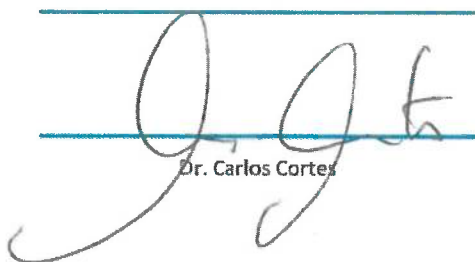


Carlos Afonso

Execução Orçamental 2022

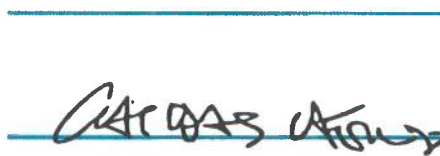
Rubricas	Orçamento 2022	Varição orç/2021	Executado 2022	Executado 2021
Vendas	6.347	11%	890	1.778
Prestações de serviços	11.532.514	100%	11.479.398	11.156.839
Subsídios			1.828	
Reversões	316.000	127%	401.941	207.886
Outros rendimentos	539.869	154%	831.831	832.403
Juros	7.000	130%	9.134	9.537
Total de Rendimentos	12.401.730	103%	12.724.823	12.208.442
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	9.972	10%	1.021	1.429
Fornecimentos e serviços externos	5.907.049	89%	5.248.369	4.584.293
Gastos com o pessoal	3.710.678	100%	3.718.299	3.332.271
Gastos de depreciação e amortizações	862.173	101%	868.689	854.586
Perdas por imparidade	556.000	119%	659.023	569.189
Outros gastos	692.919	91%	627.356	812.234
Total de Gastos	11.738.791	95%	11.122.758	9.954.002
Resultados antes de impostos	662.939	242%	1.602.065	2.254.440
Imposto estimado				
Resultado líquido	662.939	242%	1.602.065	2.254.440

Bastonário



Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro



Prof. Doutor Caldas Afonso

Demonstrações financeiras



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022					
Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021	2022 % s/ activo	2021 % s/ activo
Activo					
Activo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	3,1; 5	22.496.016,47	22.869.276,56	36,9%	38,9%
Ativos fixos intangíveis	3,1; 6	90.262,65	129.233,43	0,1%	0,2%
Investimentos financeiros	7	356.913,07	283.392,03	0,6%	0,5%
Subtotal		22.943.192,19	23.281.902,02	37,7%	39,6%
Activo corrente					
Inventários	3,1; 8	77.801,73	83.013,31	0,1%	0,1%
Creditos a receber	11,1	77.748,18	84.633,47	0,1%	0,1%
Estado e outros entes públicos	14,1	13.225,12	12.456,82	0,0%	0,0%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	11,1; 11,2	4.731.103,21	4.702.523,79	7,8%	8,0%
Diferimentos	14,3	138.975,68	142.287,23	0,2%	0,2%
Outros activos correntes	11,1	810.782,20	627.831,03	1,0%	1,1%
Caixa e depósitos bancários	4	32.320.995,19	29.916.510,10	53,1%	50,8%
Subtotal		37.968.631,31	35.569.255,75	62,3%	60,4%
Total do activo		60.911.823,50	58.851.157,77	100,0%	100,0%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos	14,8	42.412.135,71	41.203.136,02	69,6%	70,0%
Resultados transilados	14,8	9.097.016,08	8.071.373,29	14,9%	13,7%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	14,8	4.831.912,90	4.831.465,87	7,9%	8,2%
Subtotal		56.341.064,67	54.105.975,18	92,5%	91,9%
Resultado líquido do período	14,8	1.802.064,74	2.254.440,13	2,9%	3,8%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		60.911.823,50	58.851.157,77	100,0%	100,0%
Passivo					
Passivo não corrente					
Outras dívidas a pagar	11,1	1.041.574,32	933.287,25	1,7%	1,6%
Subtotal		1.041.574,32	933.287,25	1,7%	1,6%
Passivo corrente					
Fornecedores	11,1	420.419,60	242.167,23	0,7%	0,4%
Estado e outros entes públicos	14,1	162.910,62	142.019,94	0,3%	0,2%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	11,1	89.261,40	66.317,92	0,1%	0,1%
Financiamentos Obtidos	14,2	7.231,02	3.907,19	0,0%	0,0%
Diferimentos	14,3	50.815,10	40.060,22	0,1%	0,1%
Outros passivos correntes	11,1	1.196.482,03	1.062.992,71	2,0%	1,8%
Subtotal		1.927.119,77	1.557.455,21	3,2%	2,6%
Total do passivo		2.968.694,09	2.490.742,46	4,9%	4,2%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		60.911.823,50	58.851.157,77	100,0%	100,0%

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro

Prof. Doutor Caldas Afonso



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022			
Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	11.480.087,60	11.158.616,77
Subsídios doações e legados à exploração	9	1.827,84	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1.021,09	-1.429,01
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-5.248.369,38	-4.584.293,30
Gastos com pessoal	12	-3.718.299,36	-3.332.271,36
Ajustamentos de inventários (perdas/ reversões)	8	-6.058,00	3.350,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	-316.023,47	-429.653,26
Outros rendimentos	8	831.831,43	832.403,03
Outros gastos	14.5	-627.355,89	-612.233,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.396.619,68	3.034.489,24
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	13	-803.689,19	-789.585,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.592.930,49	2.244.903,50
Juros e rendimentos similares obtidos	9	9.134,25	9.536,63
Resultado antes de impostos		1.602.064,74	2.254.440,13
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.602.064,74	2.254.440,13

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro

Prof. Doutor Caldas Afonso



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais de 2022 e 2021					
Descrição	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no fundos	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2020	40.640.495,28	6.545.824,84	4.834.418,84	2.090.448,42	54.111.185,38
Posição a 01 de Janeiro de 2021(ESNL)	40.640.495,28	6.545.824,84	4.834.418,84	2.090.448,42	54.111.185,38
Resultado líquido do período de 2020	450.240,97	1.840.205,45		-2.090.448,42	
Outras variações	112.399,77	-114.857,00	-2.952,97	2.254.440,13	2.249.229,93
Posição em 31 de Dezembro de 2021	41.203.136,02	8.071.373,29	4.831.465,87	2.254.440,13	56.380.415,31
Posição a 01 de Janeiro de 2022(ESNL)	41.203.136,02	8.071.373,29	4.831.465,87	2.254.440,13	56.380.415,31
Resultado líquido do período de 2021	1.208.999,69	1.045.440,44		-2.254.440,13	
Outras variações		-19.797,69	447,03		-19.350,66
Resultado líquido				1.602.064,74	1.602.064,74
Posição em 31 de Dezembro de 2022	42.412.135,71	9.097.016,04	4.831.912,90	1.602.064,74	57.943.129,39

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro

Prof. Doutor Caldas Afonso



Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2022			
Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de associados e clientes		11.793.304,96	12.914.950,67
Pagamentos de subsídios	4	-97.023,32	-122.858,21
Pagamento a associados e fornecedores		-4.906.199,35	-4.788.699,41
Pagamentos ao pessoal		-2.310.606,09	-2.086.138,45
Caixa gerada pelas operações		4.479.476,20	5.917.254,60
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		8.700,65	48.813,13
Outros recebimentos / pagamentos		-1.884.649,84	-1.515.940,55
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		2.623.527,01	4.460.127,18
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento			
Pagamentos de :			
Activos fixos tangíveis		-361.741,44	-529.265,35
Activos fixos Intangíveis		-10.932,51	-12.812,37
Investimentos financeiros			-623,28
Recebimentos de :			
Activos fixos tangíveis		145.588,61	94.801,03
Investimentos Financeiros			
Juros e rendimentos similares		8.043,42	7.413,50
Fluxos de Caixa das Atividades Investimento (2)		-219.041,92	-440.486,47
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.404.485,09	4.009.640,71
Caixa e seus equivalentes no início do período		29.916.510,10	25.906.869,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	32.320.995,19	29.916.510,10

CC 18559

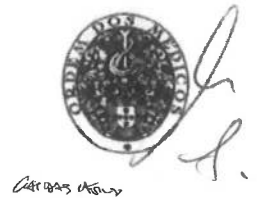
Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro

Prof. Doutor Caldas Afonso



1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – **Designação da Entidade:** Ordem dos Médicos

1.2 – **NIPC:** 500984492

1.3 – **Sede:** Av. Almirante Gago Coutinho, nº 151 em Lisboa

1.4 – **Natureza da atividade:** A Ordem dos Médicos é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei nº 29171 de 24 de novembro de 1938, a quem compete representar mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Médicos e superintender os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

Em 2015 o Estatuto da Ordem dos Médicos foi alterado, por força da Lei 117/2015, de 31 de agosto, alinhado com a Lei nº2/2013, de 10 de janeiro.

1.5 – **A Estrutura Funcional da Entidade:** A Ordem dispõe de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes, conforme art.º 10.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

A Ordem tem âmbito nacional e sede em Lisboa e está estruturada nas regiões do Norte, do Centro e do Sul, as quais têm sede, respetivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa, conforme ponto 1 do art.º 2.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

1.6 – **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei nº36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho NCRF_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei nº 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;
- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC



2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os montantes de 2021.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

a) Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins;

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente, divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos»;

c) Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes;

d) Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem



as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo;

e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Médicos de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto imóveis que se encontram valorizados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 10 anos

ORDEM DOS MÉDICOS Contas 2022



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

b) Bens do património histórico e cultural

Bens do Património Histórico e Cultural, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os bens na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida. No caso de bens doados, os registos têm por base os valores presentes nas declarações dos doadores.

Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis, sendo apresentados nas demonstrações financeiras pelo respetivo valor líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de bens do património histórico e cultural.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos. O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

d) Imparidades de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são valorizados ao preço de custo.

f) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Utiliza-se o custo médio como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.



Carbas 18/12/22

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

h) Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Médicos está abrangida pela isenção de Imposto sobre as Pessoas Coletivas ao abrigo do nº1 do Artº10 do CIRSC, a determinação da matéria Coletável é efetuada somente sobre os rendimentos referidos no nº3 do mesmo artigo.

O cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, foi apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).

i) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

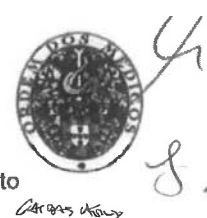
A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a originar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras.

j) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

j1) Associados e membros, créditos a receber e outros ativos correntes

Estão mensuradas ao custo deduzidas de qualquer perda de imparidade, por forma a refletirem o seu valor realizável líquido.



Estas dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j2) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo. As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

j3) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos";

j4) Caixas e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis;

j5) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Ordem dos Médicos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e assumidos diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Médicos.

3.2.4 - IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19 E GUERRA NA UCRÂNIA

O anos de 2021 ainda foi um ano particularmente atípicos, da infeção pelo vírus SARS-COV-2 e que teve impactos em todos os setores da economia, 2022 guerra na Ucrânia ainda sem fim á vista.

A Ordem dos Médicos não foi exceção, e apesar da especificidade da sua atividade, embora os impactos não tenham comprometido o normal funcionamento, teve efeito ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a resultados líquidos muito superiores aos previstos, na medida em que o impacto foi transversal a praticamente todas as rubricas de

rendimentos e de gastos, daí que a comparabilidade dos gastos deverá ter em conta esta situação atendendo a que 2022 é um ano de retoma das atividades..

3.2.5 – Eventos subsequentes

O mundo e Portugal tem que se adaptar aos novos desafios impostos pela situação na Ucrânia quando ainda está a recuperar da pandemia do COVID-19 iniciada em 2020 que se estendeu até aos dias de hoje.

Apesar destes dois acontecimentos, dada a especificidade da atividade da Ordem dos Médicos, não se perspetivam, impactos significativos nos resultados, e consequentemente nas respetivas demonstrações financeiras.

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Em janeiro de 2023 foi concretizada a venda da participação da Sanoseguros, sem perda para a Ordem.

3.2.6 – Gestão de riscos financeiros

Através do processo de gestão de risco, a OM controla as incertezas e ameaças que podem afetar a sua atividade tendo como objetivo a criação de valor.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

A Política de Gestão de Riscos da OM tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas aos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira da Ordem e na respetiva sustentabilidade. Os riscos financeiros são identificados pela Gestão.

RISCO CAMBIAL

A gestão do risco cambial controla o impacto que movimentos de flutuação das taxas de câmbio podem ter no valor patrimonial da Sociedade. No caso da OM não existe risco cambial, uma vez as transações estão denominadas em Euros.

RISCO DE TAXA DE JURO

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar a medição dos impactos ao nível do Balanço e Demonstração dos Resultados das variações de taxas de juro. A OM não está sujeita ao risco de taxa de juro dado que não tem financiamentos bancários.

RISCO DE CRÉDITO

Nos tempos que correm, a gestão do risco de crédito torna-se essencial, na medida que visa analisar a recuperabilidade dos valores dos Associados. O risco de crédito é monitorizado pela gestão, sendo criadas imparidades sempre que existam indícios de não recuperabilidade.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica do risco financeiro, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo por parte da Entidade para com as entidades com as quais se relacionam na sua atividade.

A liquidez geral da OM é robusta pelo que dispõe de uma capacidade financeira sólida para solver os seus compromissos correntes.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, esta demonstração mostra as principais componentes de recebimentos e pagamentos brutos, a partir dos registos contabilísticos.

Abaixo é apresentada a desagregação nos montantes inscritos em caixa e depósitos bancário.

Descrição	2022	2021
Ativo corrente		
Caixa	10.754,23	10.307,92
Depósitos à ordem	15.303.950,26	18.903.970,13
Outros depósitos bancários	17.006.290,70	11.002.232,05
Total caixa e depósitos bancários	32.320.995,19	29.916.510,10

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é composta por:

	2022	2021
Bens do património histórico e cultural	488.308,90	427.888,90
Outros ativos fixos	22.007.707,57	22.441.387,66
Total	22.496.016,47	22.869.276,56



Carbas

5.1 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2021	Adições	Abates	2022
Bens do património histórico e cultural	427.888,90	60.420,00		488.308,90
Total	427.888,90	60.420,00		488.308,90

	2020	Adições	Abates	2021
Bens do património histórico e cultural	425.038,90	2.850,00		427.888,90
Total	425.038,90	2.850,00		427.888,90

Refere-se essencialmente a obras de arte, as quais não se depreciam.

O aumento verificado nesta rubrica deve-se à homenagem que o Bastonário e o CN fez aos Médicos através da conceção de uma estátua dedicada ao trabalho, humanismo, solidariedade e resiliência dos médicos portugueses, não só durante a pandemia, mas no dia-a-dia.

5.2 OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas, pelo método das quotas constantes.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2021	Adições	Abates/transfe rências	2022
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	30.214.051,22	131.227,98		30.345.279,20
Equipamento básico	1.405.353,28	3.253,40	-2.219,27	1.406.387,41
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.396.439,88	112.221,58	-1.723,28	4.506.938,18
Outros ativos fixos tangíveis	789.688,94	26.405,84	-717,07	815.377,71
Investimentos em curso				
Total ativos fixos tangíveis	41.299.883,04	273.108,80	-4.659,82	41.568.332,22
Depreciações acumuladas	18.793.495,38	768.852,55	1.723,28	19.560.624,65
Perdas por imparidade acumuladas	65.000,00		65.000,00	
Ativo fixo tangível líquido	22.441.387,66	-495.743,75	62.063,66	22.007.707,57



Carla Dias Aguiar

	2020	Adições	Abates/transferências	2021
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	29.886.079,26	356.968,32	-28.996,36	30.214.051,22
Equipamento básico	1.341.795,54	85.738,75	-22.181,01	1.405.353,28
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.542.991,73	53.709,49	-200.261,34	4.396.439,88
Outros ativos fixos tangíveis	812.825,54	8.330,58	-31.467,18	789.688,94
Investimentos em curso	14.650,78		-14.650,78	
Total ativos fixos tangíveis	41.092.692,57	504.747,14	-297.556,67	41.299.883,04
Depreciações acumuladas	18.305.783,45	770.617,82	282.905,89	18.793.495,38
Perdas por imparidade acumuladas	130.000,00		65.000,00	65.000,00
Ativo fixo tangível líquido	22.656.909,12	-265.870,68	50.349,22	22.441.387,66

Os aumentos verificados no ano, em edifícios e construções, devem-se a remodelações efetuadas numas das frações do Fundo de Solidariedade, remodelações nas casas-de-banho do restaurante da Região Norte e Pintura do interior da sede também da Região Norte.

A Região Norte em 2021 efetuou uma inventariação física de ativos, com o objetivo de abertura das respetivas fichas de ativos no ERP Primavera. Na sequência dessa inventariação foram identificados inúmeros bens obsoletos no montante de 280.364,60 euros totalmente depreciados e foi realizado o respetivo abate.

Ainda na Região Norte em 2021 e tal como previsto, foram realizadas obras de restauro do edifício sede (telhado, restaurante, bar e sala de conferências) e foi adquirido algum equipamento e mobiliário para substituição do existente, o que explica o montante elevado de investimento em edifícios e outras construções.

No período de 2022 e 2021 destaca-se o registo de reversões de perdas de imparidade, no montante de 65.000 euros, relativamente ao imóvel da Casa do Médico de São Rafael afeto à Região Sul. O justo valor do imóvel teve por base a avaliação efetuada por peritos independentes em 2014. À semelhança dos anos anteriores em 2021 optou-se manter o valor do imóvel, pelo que as perdas de imparidade foram anuladas por montante igual às depreciações.

6- ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2021	Aumentos	abates tanf	2022
Programas de computador	394.982,28	0,00	0,00	394.982,28
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	32.890,20	71.976,16		104.866,36
Investimentos em curso	41.860,30	52.403,46	-63.513,76	30.750,00
Ativo intangível bruto	470.606,91	124.379,62	-63.513,76	631.472,77
Amortizações acumuladas	341.373,48	99.836,64	0,00	441.210,12
Ativo intangível líquido	129.233,43	24.542,98	-63.513,76	90.262,65

	2020	Aumentos	abates tanf	2021
Programas de computador	402.635,77	10.328,31	-17.981,80	394.982,28
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	15.621,00	17.269,20		32.890,20
Investimentos em curso	0,00	27.209,52	14.650,78	41.860,30
Ativo intangível bruto	419.130,90	54.807,03	14.650,78	470.606,91
Amortizações acumuladas	275.387,36	83.967,92	-17.981,80	341.373,48
Ativo intangível líquido	143.743,54	-29.160,89	-3.331,02	129.233,43

O aumento verificado nos outros ativos intangíveis deve-se essencialmente à conclusão do sistema eletrónico de perguntas, criação de exames e produção de resultados estatísticos para o gabinete de Prova Nacional de Acesso.

O aumento verificado em investimentos em curso diz respeito, ao desenvolvimento da nova plataforma da Gestão de médicos para substituição da existente já obsoleta, que vem na sequência de outros softwares que têm vindo a ser substituídos nestes últimos anos.

7 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2021	Aumentos	Distribuição de resultados/reembolsos	Ganhos/perdas pelo resultado líquido da participada	2022
Método da equivalência patrimonial					
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	268.718,55			70.611,58	339.330,13
TOTAL	268.718,55			70.611,58	339.330,13
Fundos de compensação	14.673,48	4.782,14	1.872,68		17.582,94
TOTAL	14.673,48	4.782,14	1.872,68		17.582,94
TOTAL	283.392,03	4.782,14	1.872,68	70.611,58	356.913,07

A participação de 66,7% da Sano-Seguros foi vendida em janeiro de 2023.

8 – INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

	2022			2021		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Mercadorias						
C.N.E	51.122,47	51.122,47	0,00	50.482,17	43.648,07	6.834,10
Fundo de Solidariedade	637,07	637,07	0,00	637,07	637,07	0,00
S.R. Norte	70.523,04	9.557,50	60.965,54	68.900,52	9.557,50	59.343,02
S.R Centro	40.922,87	24.086,68	16.836,19	40.922,87	24.086,68	16.836,19
S.R.Sul	44.376,45	44.376,45	0,00	45.792,85	45.792,85	0,00
Total mercadorias	207.581,90	129.780,17	77.801,73	206.735,48	123.722,17	83.013,31

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos inventários foi como se segue:

	2022	2021
Mercadorias		
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	123.722,17	127.072,25
Perdas por imparidade do período	7.474,40	862,07
Reversões de perdas por imparidade do período	-1.416,40	-4.212,15
Perdas por imparidade acumuladas	129.780,17	123.722,17
Perdas/reversões por imparidade	6.058,00	-3.350,08

A quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme segue:

	2022	2021
Mercadorias		
Saldo inicial	206.923,69	211.343,41
Compras	1.668,63	347,00
Regularizações	10,67	-3.525,92
Saldo final	207.581,90	206.735,48
Gasto do período - mercadorias	1.021,09	1.429,01



Caracas 2022

10 – RÉDITOS

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o redito proveniente de:

	2022	2021
Vendas		
Vendas tabelas hemoderivados	166,56	326,18
Outros artigos	209,77	97,20
Livros	313,24	1.354,20
Subtotal vendas	689,57	1.777,58
Prestação de serviços		
Quotizações	9.734.227,63	9.568.344,83
Jóias	513.033,00	479.879,00
Inscrições e propinas	495.746,91	512.523,60
Promoções para captação de recursos	4.427,24	
Patrocínios	638.506,06	533.182,94
Serviços secundários	93.457,19	62.908,82
Subtotal prestações de serviços	11.479.398,03	11.156.839,19
Total de vendas e prestações de serviços	11.480.087,60	11.158.616,77
Subsídios e doações	1.827,84	
Outros rendimentos		
Alugueres de equipamento	150,00	38,00
Rendas e alugueres	335.573,45	258.079,83
Prediais	231.502,59	214.240,84
Outros rendimentos	264.605,38	360.044,36
Total de outros rendimentos	831.831,42	832.403,03
Juros		
Juros de depósitos	9.134,25	9.536,63
Total juros	9.134,25	9.536,63
Total do rédito	12.322.881,11	12.000.556,43

O aumento verificado na rubrica "quotizações" fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. A redução verificada na rubrica de inscrições e propinas, está relacionada com o decréscimo de inscrições com os colégios de especialidade face a 2021.

Na rubrica de "rendas e alugueres" estão registados os rendimentos associados com alugueres de salas, restaurante e Casa de São Rafael. O acréscimo verificado tem a ver com um aumento significativo de eventos ocorridos em 2022, decorrentes do facto da pandemia ter afetado de forma mais significativa o ano de 2021.

A rubrica "Prediais" refere-se aos rendimentos das frações dos três edifícios do Fundo de Solidariedade. No ano de 2021 vagaram algumas frações e foram realizadas obras para poderem ser recolocadas no

mercado de arrendamento. Durante o ano de 2022 foram sendo recolocadas, o que explica o acréscimo verificado

Na sub-rubrica "outros rendimentos", estão registadas a valorização da participação Sanoseguros, que só foi vendida em janeiro de 2023, protocolo com o Banco Santander Totta, recuperação de gastos, redébitos da gestão de com o congresso, subsídios donativos, etc.

10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O resultado fiscal da Ordem para 2022 à semelhança dos anos anteriores foi negativo.

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

11.1 – Membros, créditos a receber, fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total
Membros	9.591.270,11	4.860.166,90	4.731.103,21	9.246.667,22	4.544.143,43	4.702.523,79
Créditos a receber	85.929,61	8.181,43	77.748,18	92.814,90	8.181,43	84.633,47
Outros ativos correntes	610.904,20	149,00	610.755,20	627.980,03	149,00	627.831,03
Total ativo corrente	10.288.103,92	4.868.497,33	5.419.606,59	9.967.462,15	4.552.473,86	5.414.988,29
Total do ativo corrente e não corrente	10.288.103,92	4.868.497,33	5.419.606,59	9.967.462,15	4.552.473,86	5.414.988,29
Passivo não corrente						
Membros	1.041.574,32		1.041.574,32	933.287,25		933.287,25
Total do passivo não corrente						
Fornecedores	420.419,60		420.419,60	242.167,23		242.167,23
Membros	89.261,40		89.261,40	66.317,92		66.317,92
Outros passivos correntes	1.196.482,03		1.196.482,03	1.062.992,71		1.062.992,71
Total passivo corrente	1.708.163,03		1.708.163,03	1.371.477,86		1.371.477,86
Total passivo corrente e não corrente	2.742.737,35		2.742.737,35	2.304.765,11		2.304.765,11

A rubrica "outros ativos correntes" inclui o montante de 578.002 euros referentes ao Fundo Mutualista do Montepio Geral do Fundo de Solidariedade.

O montante apresentado no passivo não corrente "Membros" diz respeito às habitações vitalícias afetas à Região Norte.

No passivo na rubrica "outros passivos correntes" estão considerados os acréscimos de gastos. A estimativa para férias e subsídio de férias a liquidar em 2023, e as bolsas a atribuir pela Ordem relativas ao concurso lançado em 2020 e 2021 e 2022 são as componentes com maior peso desta rubrica.



11.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Membros e associados:

O cálculo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida no cumprimento da característica qualitativa da prudência e do pressuposto da consistência com os anos anteriores.

Os saldos são apresentados no Balanço como mostrado abaixo:

	2022			2021		
	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total
Até 2 anos	4.731.103,21		4.731.103,21	4.702.523,79		4.702.523,79
> 2 anos	4.860.166,90	4.860.166,90		4.544.143,43	4.544.143,43	
	9.591.270,11	4.860.166,90	4.731.103,21	9.246.667,22	4.544.143,43	4.702.523,79

As reversões e perdas por imparidade de dívidas a receber e membros reconhecidas em 2022 apresentam a seguinte composição:

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas de imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	651.548,52	-335.525,05	316.023,47
	651.548,52	-335.525,05	316.023,47

Apesar dos esforços de cobrança continuam a ser muitos os membros que não liquidam as quotas devidas.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade de dívidas a receber foi como se segue:

	2022	2021
Membros		
Saldo Inicial	4.544.143,43	4.113.708,78
Perdas por imparidade no período	651.548,52	568.326,85
Reversões	-335.525,05	-137.892,54
Saldo Final	4.860.166,90	4.544.143,09
Outros créditos a receber		
Saldo Inicial	7.346,43	8.127,48
Perdas por imparidade no período	0,00	0,00
Reversões	0,00	-781,05
Saldo Final	7.346,43	7.346,43
Total Gasto do período	316.023,47	429.653,26



CARLOS ALVES

12 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	97.209,00	119.641,80
Remunerações do pessoal	2.882.924,88	2.578.648,84
Benefícios pós Emprego	15.948,00	15.948,00
Indemnizações	37.707,50	0,00
Encargos sobre remunerações	601.768,80	552.410,88
Seguros de acidentes de trabalho	19.854,87	17.423,76
Outros gastos com o pessoal	62.886,31	48.198,08
Total	3.714.298,36	3.332.271,36

O aumento verificado nos gastos com o pessoal face a 2021 ficou a dever-se aumento do número de pessoas ao serviço da Ordem, à atribuição de um prémio a todos os funcionários de algumas unidades orgânicas da Ordem, no montante equivalente a um mês de remuneração e à atualização de algumas categorias profissionais e correspondentes remunerações.

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e indemnizações.

A Ordem não tem quaisquer compromissos relacionados com pensões de reforma.

Em 31 de dezembro a Ordem tinha 126 pessoas ao serviço.

13 – GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES E REVERSÕES

Abaixo é apresentado o detalhe das depreciações, amortizações e reversões do exercício.

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	651.253,90	642.800,62
Equipamento básico	14.661,48	18.879,04
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento administrativo	82.911,03	86.899,59
Outros ativos fixos tangíveis	20.026,14	22.038,57
Total de depreciações	768.852,55	770.617,82
Ativos intangíveis		
Programas de computador	99.836,64	83.967,92
Total de amortizações	99.836,64	83.967,92
Reversões de perdas de imparidade de AFT		
Edifícios e outras construções	-65.000,00	-65.000,00
Reversões	-65.000,00	-65.000,00
Total de reversões amortizações e depreciações	803.689,19	789.585,74



Cartas 2022

14 – OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos		
Retenção de impostos sobre rendimento	13.225,12	8.867,92
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	3.588,90
Total	13.225,12	12.456,82
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimento	70.621,30	41.153,59
Imposto sobre o valor acrescentado	21.376,27	39.579,81
Contribuições para a segurança social	70.266,89	60.808,47
Outros impostos	646,16	478,07
Total	162.910,62	142.019,94
Total líquido	-149.685,50	-129.563,12

A entidade não tem contribuições nem Impostos em mora, pelo que os montantes inscritos no passivo dizem respeito a contribuições e impostos que se vencem em 2023, e que á data da prestação de contas já se encontram liquidados.

14.2 – Financiamentos obtidos

O montante de 7.231,02 euros registado nesta rubrica, diz respeito ao saldo do cartão de crédito que é liquidado no mês seguinte. Este cartão é utilizado para pagamento de pequenas despesas correntes on-line.

14.3 – Diferimentos

No ativo esta rubrica inclui diversas naturezas de gastos a reconhecer, sendo os mais relevantes; seguros, comunicações, licenças informáticas, economato e limpeza e artigos para ofertas (medalhas, emblemas entre outros).

No passivo na rubrica “diferimentos” estão incluídos os rendimentos a reconhecer provenientes de rendas.



Caros Médicos

14.4 – Fornecimentos e serviços externos

A quantia de fornecimento e serviços externos reconhecida como gasto do período detalha-se como se segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	1.575.744,66	1.595.693,82
Publicidade e propaganda	79.180,29	27.533,38
Vigilância e segurança	343.250,93	317.851,60
Honorários	566.024,20	432.026,99
Comissões	2.355,00	6.467,50
Conservação e reparação	289.984,95	268.302,88
Serviços bancários	51.069,79	52.271,42
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	30.855,07	25.284,39
Livros e documentação técnica	1.957,63	1.806,50
Material de escritório	57.803,08	69.306,95
Outros materiais	28.268,10	874,43
Artigos para oferta	22.740,37	14.450,89
Electricidade	162.343,36	125.925,37
Combustíveis	19.239,61	15.545,82
Água	43.708,18	44.986,53
Gás	30.927,78	23.334,63
Deslocações e estadas	457.960,97	205.125,94
Transportes de pessoal	2.456,77	1.466,11
Transportes de mercadorias	86,57	32,15
Rendas e alugares	194.187,67	100.381,54
Comunicação	396.193,71	419.388,81
Seguros	355.563,25	342.095,34
Royalties	7.753,08	17.986,66
Contencioso e notariado	11.031,46	17.821,50
Despesas de representação	1.390,00	1.085,00
Limpeza higiene e conforto	199.225,82	187.689,67
Diversos	319.067,08	269.557,48
Total	5.248.369,38	4.584.293,30

A rubrica de royalties diz respeito aos direitos pagos ao National Board of Medical Examiners (NBME) inerentes à prova nacional de acesso.

A contração de gastos ocorrida em 2021, nesta rubrica está diretamente relacionada com a Pandemia Covid-19 que teve como consequência direta o cancelamento de grande parte das atividades programadas, o que explica o acréscimo de 11% verificado em 2022.

A retoma da atividade teve especial impacto nas rubricas trabalhos especializados, honorários e deslocações e estadias, associada ao maior dinamismo do departamento internacional e dos colégios da especialidade.

Em 2022 foram organizados 2 congressos um no início do ano e outro no final, em 2021 este evento foi cancelado, o que explica em grande parte o aumento nas rubricas de rendas e alugueres e de publicidade.

O aumento verificado na eletricidade deve-se à conjugação de 2 fatores, o aumento do preço, e o fim do confinamento e o retomar do trabalho presencial em detrimento do teletrabalho.

14.5 – Outros gastos

A quantia de outros gastos, reconhecida como gasto em 2022 e 2021, detalha-se como se segue:

	2022	2021
Impostos	61.180,93	56.070,59
Subsídios de assistência	118.056,05	131.726,76
Quotizações	44.134,05	56.715,69
Outros	403.984,86	367.720,67
Total	627.355,89	612.233,71

Em 2022 e em 2021 estão incluídos na rubrica de "outros", 210.000 euros de Bolsas, referentes ao concurso da Ordem lançado em 2022 e 2021. Estas bolsas são geridas pelo Conselho Nacional.

Na rubrica de outros estão também incluídas anulações de quotizações de anos anteriores, donativos, etc.. Está também incluída a valorização dos contratos uso habitação da Região Norte efetuada com base no índice de preços ao consumidor. Em 2022 esse índice foi de 7,8%, correspondendo a um custo de 72.017,85 euros

Os montantes inscritos em 2022 e 2021 na rubrica "subsídios de assistência" referem-se à assistência que o fundo de solidariedade presta aos beneficiários.

14.6 – Garantias e avales

Existe uma garantia bancária emitida pelo BCP no montante de 15.568 euros, prestada ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS IP), para suspender a ação de execução instaurado pelo ISS IP., relativa a divergências de montantes declarados e pagos, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Esta situação foi analisada em 2012 e foram efetuadas as necessárias retificações e pagamentos, pelo que desde essa data que a Ordem aguarda que o ISS IP dê o processo por encerrado, para se poder efetuar o levantamento da garantia bancária.

14.7 – Passivos contingentes

No ano de 2022 a entidade tinha pendentes alguns processos contra si, uns com pedidos indemnizatórios e outros sem pedidos indemnizatórios. Do total dos processos com pedidos indemnizatórios não se espera que venham a resultar em obrigações futuras significativas passíveis de constituição de provisões.

A Ordem dispõe de um seguro que cobre riscos de ações que lhe possam ser desfavoráveis.



14.8 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “fundos patrimoniais” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Fundos	42.412.135,71	41.203.136,02
Resultados transitados	9.097.016,06	8.071.373,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.831.912,90	4.831.465,87
Resultado líquido do período	1.602.064,74	2.254.440,13
Total	57.943.129,41	56.360.415,31

Conforme decidido em Assembleia Geral, 1.208.999,69 euros foram transferidos para reforço dos Fundos, o remanescente foi transferido para resultados transitados

A Variação de 447,03 euros em “outras variações nos fundos patrimoniais” dizem respeito à anulação de depreciações no montante de 2.952,97 euros relativo ao subsídio da Câmara Municipal da Guarda à Região Centro, e ao registo de donativos referente a obras de arte no montante de 3.400 euros.

A variação ocorrida na rubrica de resultados transitados, deve-se à transferência integral do resultado do ano de 2021 no montante de 2.254.440,13 euros, deduzida do reforço para Fundos no montante de 1.208.999,69 euros, deduzida da anulação de quotizações antigas no montante de 19.797,68 euros.

O Resultado líquido do exercício, foi positivo de 1602.064,74 euros, propõe-se que seja aplicado da seguinte forma: 481.419,79 euros em Fundos, 60.420 euros para a constituição de uma reserva (equivalente ao custo da escultura) e o remanescente para resultados transitados.

14.9 – Divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem informa que não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, cabe informar que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários totais do Revisor Oficial de Contas, no exercício de 2022, foram de 11.760 euros, relativamente à auditoria e revisão legal de contas.

15 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em 26 de março de 2020, foi celebrado um Protocolo entre a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), a Ordem dos Médicos (OM) e a Ordem dos Farmacêuticos (OF), no qual regularam, outros aspetos a atribuição de contributos monetários/ apoios financeiros ou em espécie das empresas associadas da APIFARMA à Ordem dos Médicos e à Ordem dos Farmacêuticos, para o apoio à aquisição de equipamentos hospitalares, equipamentos de proteção individual e outros materiais necessários aos profissionais de saúde que se encontravam a trabalhar nas instituições de saúde, nomeadamente no atendimento das situações relacionadas com a COVID-19 e que tinham como destinatários as instituições de saúde de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para o efeito, os bastonários da Ordem dos Médicos e dos Farmacêuticos, bem como um representante da APHUFARMA abriram uma conta conjunta denominada Conta Solidária, junto de uma instituição bancaria, através da qual ficaram fiéis depositárias de contribuições financeiras para que, no uso criterioso desses fundos, pudessem, de acordo com as necessidades e prioridades, canalizar para as instituições, profissionais e doentes, material ou bens que consideremos essenciais.

Resumo dos movimentos ocorridos no Fundo Solidário desde a sua constituição até 3 de janeiro de 2023:

1. Donativos transferidos para a conta solidaria (entradas), no valor Global de 1.422.962,30 euros;
2. Mapa de aquisição de bens e transferência de apoios no montante de 1.265.446,72 euros (saídas);
3. Saldo alocado à Ala do Hospital de Santo António 50.000 euros (verba reservada) + comissão prevista de 5,20 euros;
4. Mapa com a situação Contabilística do Fundo, cujo saldo contabilístico ascende a 107.510,47 euros;
5. Extrato da Banco entre 6.4.2020 (1º movimento da conta) e 2 janeiro de 2023 com um saldo de 157.515,67 euros, o qual corresponde a 1.422.962,30-1.265.446,72).

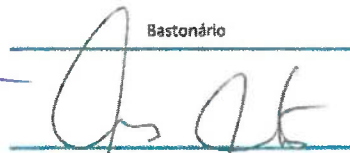
Reconciliação com mapa contabilístico	2022
Saldo do mapa contabilístico	107.510,47
Valor da reserva para CHUP	50.000,00
Comissão prevista	5,20
Total dos fundos patrimoniais	157.515,67

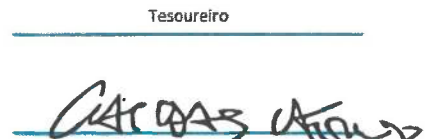
Tal como previsto no Protocolo, o saldo disponível restante, que caso a última tranche da obra da Ala do Hospital de Santo António avance, ascende a 107.510,47 euros (caso não avance ascenderá a 157.510,47 euros será efetuada uma doação final à AICIB – Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica, entidade que apoia, financia e promove a investigação clínica e de transladação, bem como a inovação biomédica.



Lisboa, 13 de abril de 2023


183211588
18559
Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Carlos Cortes

Tesoureiro

Prof. Doutor Caldas Afonso

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ORDEM DOS MÉDICOS** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 60 911 823,50 euros e um total de fundos patrimoniais de 57 943 129,41 euros, incluindo um resultado líquido de 1 602 064,74 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS MÉDICOS** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Wanna

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

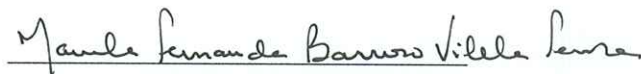
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório relativo à situação económico-financeira

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório relativo à situação económica, financeira e Orçamental foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto 17 de abril de 2023



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:
Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira, ROC n.º 667
Registada na CMVM com o n.º 20160309